v7.n11.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

POLÍCIA COMUNITÁRIA E CONFIANÇA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

COMMUNITY POLICING AND INSTITUTIONAL TRUST: A CASE STUDY IN A SMALL MUNICIPALITY IN THE NORTHWEST REGION OF PARANÁ

POLICÍA COMUNITARIA Y CONFIANZA INSTITUCIONAL: UN ESTUDIO DE CASO EN UN PEQUEÑO MUNICIPIO DE LA REGIÓN NOROESTE DE PARANÁ

Anderson Luís dos Reis Ribeiro[1]

e7119512
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i11.9512

PUBLICADO: 11/2026

RESUMO

Este artigo analisa a percepção de moradores de Nova Aliança do Ivaí (PR) sobre a atuação da Polícia Militar orientada pelos princípios da Polícia Comunitária e sua relação com a confiança institucional. Realizou-se um estudo de caso, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos e abordagem quantitativa e qualitativa. A coleta ocorreu por meio de questionário estruturado no *Google Forms*, divulgado por redes de contato comunitário, grupos de mensagens e compartilhamentos entre moradores durante quinze dias, período em que foram obtidas 102 respostas válidas. A amostra foi não probabilística, por conveniência, com adesão voluntária e autosseleção, o que limita a generalização dos resultados. As questões fechadas foram analisadas por frequências e percentuais, e as 39 manifestações à questão aberta foram sintetizadas em categorias temáticas. Entre os respondentes, 78,4% declararam confiar ou confiar muito na Polícia Militar; 91,2% consideraram que a proximidade policial contribui para a sensação de segurança; e 73,5% avaliaram positivamente a contribuição do videomonitoramento. Os achados representam as percepções dos participantes e não permitem estabelecer causalidade ou representatividade estatística de todos os moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Comunitária. Confiança Institucional. Segurança Pública.

ABSTRACT

This article examines residents' perceptions of Military Police activities guided by community-policing principles and their relationship with institutional trust in Nova Aliança do Ivaí, Paraná, Brazil. The study was an applied case study with exploratory and descriptive objectives and a mixed quantitative and qualitative approach. Data were collected through a structured Google Forms questionnaire shared through community networks, messaging groups, and resident-to-resident sharing over fifteen days, yielding 102 valid responses. The sample was non-probabilistic, based on convenience and voluntary self-selection, which limits the generalizability of the findings. Closed-ended responses were analyzed using frequencies and percentages, while 39 comments to the optional open-ended question were summarized into thematic categories. Among respondents, 78.4% reported that they trusted or strongly trusted the Military Police; 91.2% perceived police proximity as contributing to their sense of safety; and 73.5% viewed surveillance positively as a contribution to public safety. These findings describe participants' perceptions and do not establish causality or statistical representativeness of the municipality's entire population.

KEYWORDS: *Community Policing. Institutional Trust. Public Safety.*

[1] Pós-graduado em Gestão Pública pela UNIFATECIE.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RESUMEN
Este artículo analiza la percepción de los residentes de Nova Aliança do Ivaí (Paraná, Brasil) sobre la actuación de la Policía Militar basada en los principios de la Policía Comunitaria y su relación con la confianza institucional. Se realizó un estudio de caso aplicado, con objetivos exploratorios y descriptivos y un enfoque cuantitativo y cualitativo. Los datos se recogieron mediante un cuestionario estructurado en Google Forms, divulgado a través de redes comunitarias, grupos de mensajería y reenvíos entre residentes durante quince días; se obtuvieron 102 respuestas válidas. La muestra fue no probabilística, por conveniencia, con participación voluntaria y autoselección, lo que limita la generalización de los resultados. Las preguntas cerradas se analizaron mediante frecuencias y porcentajes, y 39 comentarios a la pregunta abierta se resumieron en categorías temáticas. Entre los participantes, el 78,4 % declaró confiar o confiar mucho en la Policía Militar; el 91,2 % consideró que la proximidad policial contribuye a la sensación de seguridad, y el 73,5 % evaluó positivamente la contribución del videomonitoreo. Los resultados describen las percepciones de los participantes y no permiten establecer causalidad ni representatividad estadística de toda la población municipal.

PALABRAS CLAVE: *Policía comunitaria. Confianza institucional. Seguridad pública.*

1. INTRODUÇÃO

O papel das instituições de segurança pública ultrapassa a repressão ao crime e inclui ações preventivas, construção de vínculos de confiança e integração com a comunidade. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e destina-se à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988).

A segurança pública atual tem enfrentado desafios que ultrapassam a capacidade de resposta dos modelos tradicionais de policiamento baseados predominantemente na repressão criminal. O aumento da complexidade das relações sociais, a diversificação das demandas da população e a necessidade de fortalecimento da legitimidade das instituições policiais impulsionaram o desenvolvimento de estratégias voltadas à prevenção, à aproximação com a comunidade e à construção de soluções compartilhadas para os problemas relacionados à ordem pública. Nesse contexto, a Polícia Comunitária consolidou-se como uma filosofia de atuação que busca fortalecer a cooperação entre polícia e sociedade, promovendo maior participação cidadã, confiança institucional e responsabilidade mútua pela segurança pública.

No Estado do Paraná, a Polícia Militar incorporou os princípios da Polícia Comunitária às suas diretrizes institucionais, orientando a atuação policial para o fortalecimento da prevenção, da integração social e da resolução de problemas em parceria com a comunidade local. Entre as formas de operacionalização desse novo sistema destaca-se o policiamento de proximidade, caracterizado pela presença constante dos policiais no território, pelo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estabelecimento de vínculos de confiança com os moradores e pela construção de canais permanentes de comunicação entre instituição policial e comunidade.

Embora a Polícia Comunitária seja amplamente discutida na literatura especializada, parte significativa dos estudos concentra-se nos grandes centros urbanos. Os pequenos municípios apresentam características próprias, como relações sociais mais próximas, menor densidade populacional e possíveis limitações de efetivo policial, fatores que podem influenciar a implementação das estratégias de policiamento comunitário. Apesar dessas particularidades, ainda são necessárias pesquisas que investiguem como os moradores dessas localidades percebem a atuação policial baseada nos princípios da Polícia Comunitária e do policiamento de proximidade.

Diante desse contexto, este estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: como os participantes de um pequeno município da região Noroeste do Paraná percebem a implementação dos princípios da Polícia Comunitária por meio do policiamento de proximidade desenvolvido pela Polícia Militar?

Para responder a esse questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar a percepção dos participantes sobre a implementação dos princípios da Polícia Comunitária e sua relação com a confiança institucional. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os fundamentos teóricos da Polícia Comunitária, descrever as estratégias de policiamento de proximidade apontadas no contexto municipal, analisar as percepções dos respondentes sobre essas ações e verificar como eles avaliam sua relação com a confiança institucional e a sensação de segurança.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e aplicação de questionário estruturado divulgado aos moradores do município. Os procedimentos metodológicos são detalhados na seção específica deste artigo.

A relevância do estudo está na possibilidade de ampliar a discussão sobre a aplicação dos princípios da Polícia Comunitária em pequenos municípios. Os resultados podem oferecer subsídios para refletir sobre estratégias de policiamento de proximidade e sobre a relação entre polícia e comunidade, respeitando os limites da amostra e o caráter perceptivo dos dados coletados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A segurança pública brasileira passou por transformações nas últimas décadas, em parte impulsionadas pela necessidade de complementar os modelos tradicionais de atuação policial, predominantemente centrados na repressão criminal, com estratégias preventivas e colaborativas. A complexidade dos problemas sociais e a demanda por serviços mais próximos da população evidenciam a importância da cooperação entre instituições policiais e comunidade. Nesse contexto, a Polícia Comunitária é compreendida como uma filosofia de atuação orientada à participação cidadã, à construção de confiança e à busca compartilhada de soluções para problemas de segurança pública.

Para Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 4-5), a Polícia Comunitária pressupõe uma reorganização da atuação policial baseada na cooperação entre os profissionais de segurança e os cidadãos. Essa perspectiva favorece a identificação compartilhada das demandas locais e a construção de respostas adequadas aos problemas que afetam a convivência social. Além do atendimento às ocorrências, o modelo valoriza iniciativas preventivas, o diálogo com os moradores e o envolvimento da comunidade na busca por soluções para questões de segurança pública.

Bayley e Skolnick (2002) destacam a cooperação entre a instituição policial e os cidadãos no desenvolvimento de estratégias comunitárias de prevenção e controle da criminalidade. O envolvimento dos moradores e a circulação de informações podem favorecer a identificação das necessidades locais e a formulação de respostas conjuntas. Nessa perspectiva, a confiança mútua é relevante para o relacionamento entre polícia e sociedade, enquanto a legitimidade institucional se relaciona à responsabilidade policial perante a comunidade e à qualidade das práticas desenvolvidas.

Na prática, a implementação desses princípios ocorre, principalmente, por meio do policiamento de proximidade, caracterizado pela presença constante dos policiais no território, pelo estabelecimento de canais permanentes de comunicação com a comunidade e pela construção de vínculos de confiança entre policiais e cidadãos. Scheremeta (2005) destaca que a integração entre a Polícia Militar e os moradores constitui um componente importante das estratégias comunitárias de segurança. Essa articulação permite incorporar informações obtidas no cotidiano das comunidades ao planejamento das ações policiais, contribuindo para a identificação de demandas locais e para o desenvolvimento de medidas preventivas voltadas à redução da criminalidade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A Diretriz nº 015/2025-PM/3 estabelece referências institucionais para a implementação da Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná (PARANÁ, 2025). Sob essa orientação, a articulação entre as práticas policiais e as demandas da população pode ser compreendida como um componente da organização institucional da segurança pública, e não somente como uma modalidade específica de patrulhamento. No contexto desta pesquisa, essa abordagem permite discutir em que medida a participação comunitária, a prevenção e a atuação conjunta na resolução de problemas se relacionam com a percepção de confiança e legitimidade atribuída à instituição policial.

Embora a literatura discuta resultados associados à Polícia Comunitária, parte das pesquisas concentra-se em centros urbanos de médio e grande porte. Os pequenos municípios apresentam características como relações sociais próximas e possíveis limitações de efetivo, que podem influenciar a organização do policiamento. Essas características não produzem efeitos necessariamente iguais em todos os contextos; por isso, é relevante investigar como os participantes dessas localidades percebem a atuação policial, a confiança institucional e a sensação de segurança.

3. METODOLOGIA

Quanto ao delineamento metodológico, a investigação foi desenvolvida como estudo de caso, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos e abordagem quantitativa e qualitativa. Esse delineamento foi escolhido para examinar como os princípios da Polícia Comunitária são percebidos em um município de pequeno porte da região Noroeste do Paraná. Com base em Yin (2015), o estudo de caso permite analisar fenômenos contemporâneos considerando o contexto em que ocorrem; Gil (2008) fundamenta a classificação da pesquisa de acordo com seus objetivos e procedimentos.

A pesquisa foi desenvolvida em Nova Aliança do Ivaí (PR), área de atuação do Destacamento da Polícia Militar vinculado ao 3º Pelotão da 1ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar. A equipe também atende os municípios de Tamboara e Amaporã, localizados na mesma região. O atendimento a mais de um município impõe desafios operacionais relacionados ao efetivo disponível, à extensão territorial e aos deslocamentos entre localidades.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo, com questionário estruturado disponibilizado na plataforma *Google Forms* e divulgado por redes de contato comunitário, grupos de mensagens instantâneas e compartilhamentos entre moradores. A fundamentação teórica foi construída por meio de revisão bibliográfica de livros e artigos, além de consulta à

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

legislação e a documentos institucionais relacionados à Polícia Comunitária, ao policiamento de proximidade e à confiança institucional.

O questionário permaneceu disponível por quinze dias e reuniu 102 respostas válidas. Segundo o Censo Demográfico de 2022, Nova Aliança do Ivaí tinha 1.323 habitantes; portanto, o número de respostas equivale a aproximadamente 7,7% dessa população (IBGE, 2022). Essa proporção é apenas uma comparação numérica e não comprova representatividade estatística. Como o questionário foi divulgado por redes de contato e compartilhamentos, sem sorteio de uma lista de moradores, a amostra é não probabilística, por conveniência, com participação voluntária e autosseleção. Assim, os resultados devem ser interpretados como percepções dos respondentes, sem generalização estatística para todos os habitantes. A participação foi voluntária, o anonimato dos respondentes foi preservado e o questionário informou que os dados seriam utilizados para fins acadêmicos.

O instrumento foi composto por 21 questões fechadas e uma questão aberta opcional. Os temas abordados incluíram perfil dos participantes, confiança institucional, sensação de segurança, facilidade de contato com a Polícia Militar, canais de comunicação, percepção sobre o videomonitoramento, avaliação das ações de policiamento de proximidade e sugestões para o aperfeiçoamento da segurança pública local.

Os dados quantitativos foram organizados por meio de contagens e percentuais, e os gráficos foram elaborados pelo autor a partir das informações exportadas do *Google Forms*. As respostas à questão aberta foram examinadas por leitura do conteúdo e agrupamento de manifestações com assuntos semelhantes, formando categorias descritivas. A síntese qualitativa não atribuiu percentuais a cada categoria. Para preservar o anonimato, os excertos reproduzidos nos resultados foram identificados por códigos alfabéticos; foram utilizados apenas trechos curtos cuja redação estava integralmente legível no registro disponibilizado. Os resultados foram discutidos à luz da literatura sobre Polícia Comunitária e das diretrizes institucionais da Polícia Militar do Paraná.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados a seguir descrevem as respostas dos 102 participantes e devem ser interpretados à luz do processo de recrutamento não probabilístico e voluntário. A análise contempla o perfil dos respondentes, a aproximação com a Polícia Militar, a confiança institucional, as estratégias de policiamento de proximidade e as mudanças percebidas. Os

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

dados são confrontados com os fundamentos teóricos apresentados no estudo, sem presumir que representem todos os moradores do município.

Quanto ao perfil, 62,7% dos respondentes eram do sexo feminino e 37,3% do sexo masculino. A faixa etária de 30 a 44 anos foi a mais frequente (35,3%), seguida pela de 45 a 59 anos (27,5%); participantes de 18 a 29 anos corresponderam a 21,6%, e aqueles com 60 anos ou mais, a 15,7%. Em relação à ocupação, os servidores públicos representaram 34,3%, os trabalhadores da iniciativa privada, 17,6%, e os agricultores ou produtores rurais, 13,7%; as demais respostas incluíram comerciantes, aposentados, estudantes, autônomos e outras ocupações. Essa distribuição descreve a composição da amostra, mas, sem uma seleção probabilística ou uma comparação sistemática com o perfil da população municipal, não permite afirmar que ela seja representativa da realidade local.

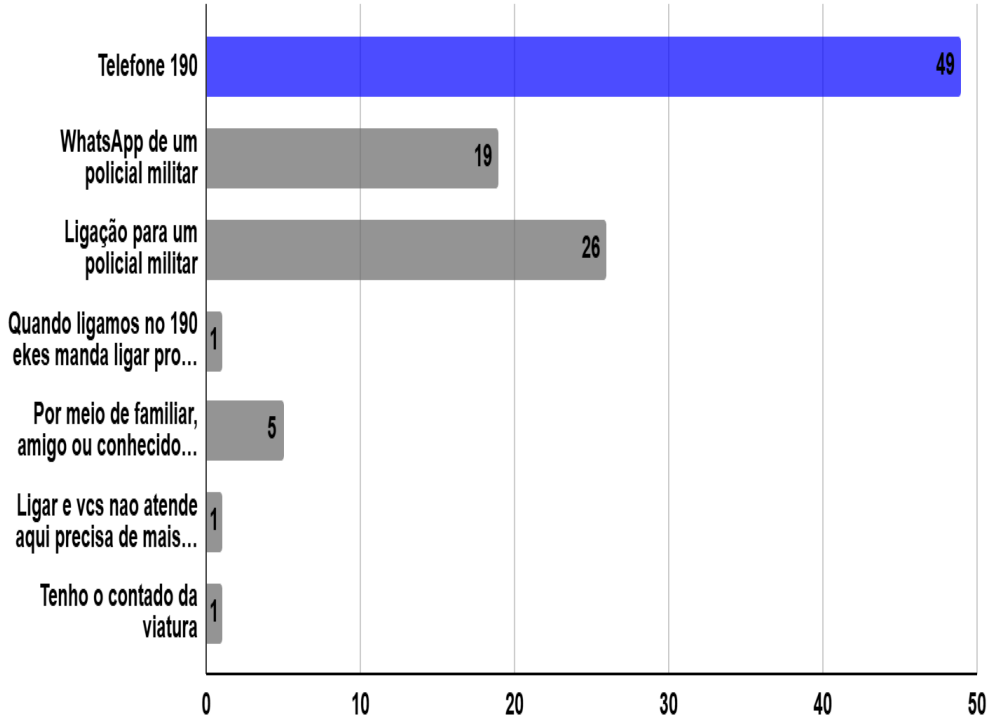
A composição da amostra deve ser considerada na leitura dos demais resultados. Mulheres, pessoas de 30 a 59 anos e servidores públicos constituíram os grupos mais frequentes entre os respondentes. Como o estudo não apresenta seleção probabilística nem comparação detalhada com a composição sociodemográfica do município, não é possível estimar o quanto essas proporções diferem da população local. É possível, contudo, que as experiências dos grupos mais presentes estejam mais refletidas nas respostas, enquanto percepções de grupos menos presentes tenham menor visibilidade.

Entre os participantes, 82,4% afirmaram conhecer algum policial militar que trabalha ou trabalhou recentemente no município, enquanto 17,6% responderam negativamente. Além disso, 84,3% disseram saber como entrar em contato com a Polícia Militar quando precisam de auxílio, ao passo que 15,7% afirmaram desconhecer os canais disponíveis. Esses resultados indicam familiaridade e conhecimento de contato entre os respondentes. A interpretação dialoga com os princípios da Polícia Comunitária, que valorizam a parceria entre policiais e cidadãos na identificação e no enfrentamento de problemas locais (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994), e com Kahn (2004), que discute a importância de a comunidade reconhecer a presença policial e saber como acessá-la.

Ao serem questionados sobre a primeira forma de contato que utilizariam caso precisassem de ajuda policial, 48,0% dos participantes indicaram o telefone de emergência 190, 25,5% afirmaram que ligariam diretamente para um policial militar da cidade e 18,6% mencionaram o *WhatsApp* de algum policial. As demais alternativas apresentaram percentuais menores. Assim, embora o 190 tenha sido a opção mais frequente entre os respondentes, parte deles indicou preferência por formas de contato direto com policiais locais.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 1 – Primeira forma de contato com a Polícia Militar.



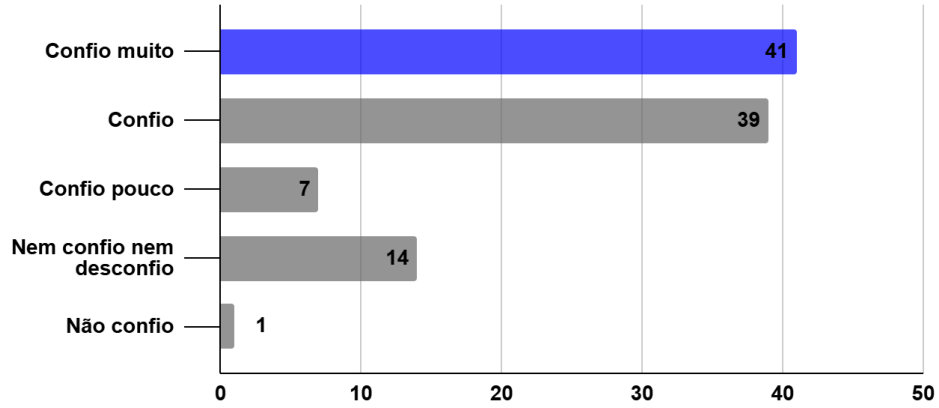
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

A frequência de respostas que indicam contato direto com policiais é compatível com um dos princípios da Polícia Comunitária: a cooperação entre polícia e sociedade. Para Trojanowicz e Bucqueroux (1994), a atuação colaborativa pressupõe que o conhecimento das demandas locais ajude a orientar respostas aos problemas que afetam a comunidade. No município investigado, as respostas sugerem que alguns participantes percebem a relação com a Polícia Militar como acessível. Essa percepção pode estar associada à confiança institucional, mas os dados descritivos não permitem afirmar que o contato direto, isoladamente, cause maior confiança.

A confiança institucional foi examinada por meio de pergunta sobre o grau de confiança dos participantes na Polícia Militar. Trata-se de uma medida de percepção declarada, útil para descrever as respostas da amostra, mas distinta de uma medida objetiva de desempenho institucional.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 2 - Nível de confiança da população na Polícia Militar.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

Entre os respondentes, 40,2% afirmaram confiar muito na Polícia Militar e 38,2% declararam confiar, totalizando 78,4% de avaliações positivas conforme os percentuais apresentados no levantamento. Outros 13,7% posicionaram-se de forma neutra; os demais declararam confiar pouco ou não confiar na instituição. O resultado descreve uma percepção favorável entre os participantes. A discussão pode ser relacionada à análise de Bayley e Skolnick (2002) sobre policiamento comunitário, participação da população e legitimidade policial, sem extrapolar os achados para todos os moradores.

A pesquisa também investigou se a facilidade de falar diretamente com um policial militar era percebida como relacionada à sensação de segurança. Entre os participantes, 82,4% responderam afirmativamente e 14,7% consideraram que essa contribuição ocorre em parte; poucas respostas foram negativas. Os dados indicam que, para a maioria dos respondentes, a acessibilidade aos policiais está associada à sensação de segurança. Como a pergunta registra uma percepção, o resultado não demonstra, por si só, um efeito causal.

Também se perguntou se a proximidade entre a Polícia Militar e os moradores poderia contribuir para prevenir crimes e solucionar problemas locais. Entre os participantes, 89,2% responderam positivamente e 9,8% afirmaram que essa contribuição ocorre apenas em parte; as respostas negativas foram residuais. Esses dados apontam uma avaliação favorável da ideia de policiamento de proximidade. A percepção se relaciona aos princípios descritos por Trojanowicz e Bucqueroux (1994), que valorizam a cooperação entre profissionais de segurança e cidadãos na identificação de questões que afetam a vida coletiva.

Consideradas em conjunto, essas respostas mostram que muitos participantes associam a facilidade de comunicação e a proximidade com a Polícia Militar à sensação de segurança e à

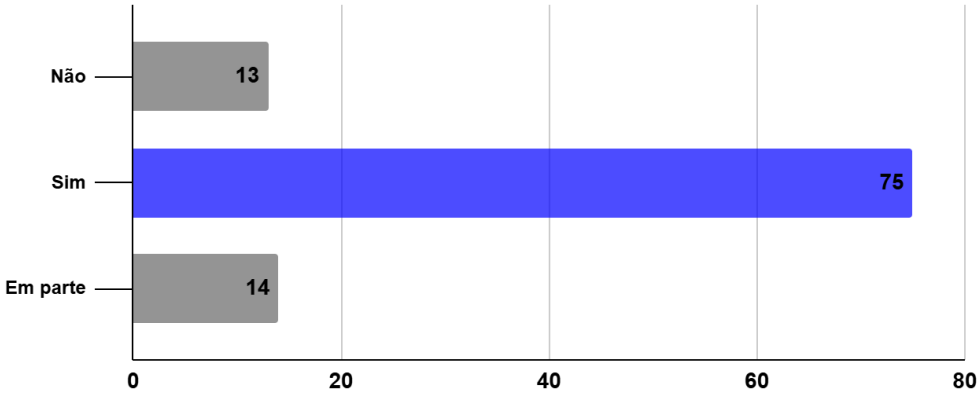
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

prevenção de problemas locais. Entretanto, por se tratar de um questionário de percepção, não é possível concluir que a proximidade tenha causado aumento da confiança ou redução efetiva da criminalidade.

Outro aspecto investigado foi a percepção dos participantes sobre estratégias de segurança pública e aproximação comunitária, entre elas a implantação do sistema de videomonitoramento no município.

Sobre a contribuição das câmeras de monitoramento para a segurança da cidade, 73,5% dos participantes responderam afirmativamente, 13,7% consideraram que contribuem apenas em parte e 12,7% afirmaram que não auxiliam na segurança pública. Houve, portanto, predominância de avaliações positivas entre os respondentes. Esses dados descrevem a percepção sobre o sistema, mas não medem sua efetividade objetiva na prevenção ou na elucidação de crimes.

Gráfico 3 – Percepção sobre a contribuição das câmeras de monitoramento para a segurança



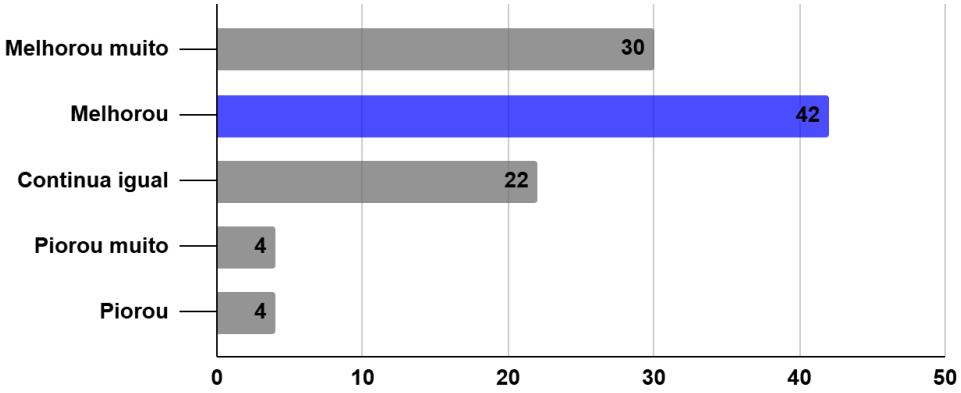
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

Além da tecnologia, investigou-se a percepção sobre a relação entre a presença policial e a sensação de segurança. Segundo os resultados apresentados, 91,2% dos participantes consideraram que uma atuação mais próxima da Polícia Militar contribui para aumentar essa sensação, enquanto 7,8% afirmaram que a contribuição ocorre apenas em parte. As respostas negativas foram residuais. Scheremeta (2005) destaca a importância da atuação preventiva, da presença policial e da articulação entre a Polícia Militar e a comunidade. No estudo de caso, as respostas indicam que a proximidade é percebida como relevante, sem demonstrar, isoladamente, uma relação causal.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Ao comparar a segurança atual do município com a situação de cinco anos antes, 29,4% dos participantes (30 respostas) afirmaram que ela melhorou muito, enquanto 41,2% (42 respostas) disseram que melhorou. Outros 21,6% (22 respostas) perceberam estabilidade; 3,9% (4 respostas) indicaram que piorou muito e 3,9% (4 respostas) que piorou. Esses valores correspondem às frequências apresentadas no Gráfico 4 e mostram que predominou, entre os respondentes, a percepção de melhoria.

Gráfico 4 – Avaliação da evolução da segurança pública nos últimos cinco anos.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

A avaliação da relação entre a Polícia Militar e a comunidade também foi majoritariamente positiva: 22,8% dos participantes afirmaram que ela melhorou muito e 44,6% disseram que melhorou. Por outro lado, 26,7% consideraram que permaneceu inalterada, enquanto poucos respondentes perceberam piora. A distribuição sugere uma percepção de melhora entre os participantes.

Para identificar as mudanças percebidas, os participantes puderam selecionar múltiplas alternativas. As mais assinaladas foram a implantação das câmeras de monitoramento (55,9%), a maior proximidade da Polícia Militar com a comunidade (40,2%), o aumento do contato entre policiais e moradores (38,2%), o maior conhecimento sobre a quem recorrer (36,3%) e a melhoria das condições do destacamento (35,3%). Por outro lado, 18,6% afirmaram não perceber mudanças relevantes e 7,8% avaliaram que a segurança da cidade piorou. Como era possível selecionar mais de uma alternativa, os percentuais não devem ser somados para atingir 100%.

As respostas apontam que os participantes reconheceram mudanças relacionadas ao videomonitoramento, à presença policial e aos canais de comunicação. Essa convergência

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

descreve quais iniciativas foram mais lembradas pelos respondentes; não constitui, por si só, uma avaliação objetiva da efetividade das ações implementadas.

Tabela 1. Mudanças Percebidas na Atuação da Polícia Militar

Mudança percebida	**Frequência**
Implementação do videomonitoramento.	57 – 55,9%
Maior presença policial.	41 – 40,2%
Maior contato entre policiais e moradores.	39 – 38,2%
Conhecimento dos canais de contato.	37 – 36,3%
O destacamento ficou melhor estruturado.	36 – 35,3%
A segurança da cidade melhorou.	32 – 31,4%
Os policiais conhecem melhor os problemas da cidade.	29 – 28,4%
A Polícia Militar está mais próxima da população.	29 – 28,4%
A melhoria no atendimento policial.	28 – 27,5%
Não percebi mudanças.	19 – 18,6%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2026).

As mudanças mais assinaladas coincidem com iniciativas mencionadas no estudo, como a ampliação do videomonitoramento, a reestruturação do destacamento e o policiamento de proximidade. Essa correspondência sugere que tais ações são conhecidas por parte dos participantes, mas a pesquisa de percepção, sem indicadores independentes de criminalidade ou desenho comparativo, não permite atribuir a elas mudanças objetivas nos níveis de segurança.

Em seguida, investigou-se o relacionamento direto entre moradores e policiais militares e a avaliação geral do modelo de policiamento desenvolvido no município.

Quando questionados se já haviam procurado diretamente um policial militar da cidade, sem acionar o telefone 190, 67,6% dos participantes responderam afirmativamente e 32,4% disseram nunca ter feito esse tipo de contato. Entre as formas de contato mencionadas, aparecem a ligação telefônica (44,1%), o *WhatsApp* (36,3%) e o contato presencial (24,5%).

Quanto ao motivo do contato, foram mencionadas solicitações de ajuda ou atendimento policial (35,3%), busca de informações (26,5%), denúncias (16,7%) e pedidos de orientação (10,8%). Esses dados descrevem as finalidades reportadas pelos participantes e sugerem que, para alguns respondentes, a Polícia Militar também é procurada para orientação e atendimento de demandas cotidianas relacionadas à segurança pública.

Sobre a evolução da proximidade entre a Polícia Militar e a comunidade nos cinco anos anteriores à pesquisa, 64,7% dos participantes afirmaram que a instituição está atualmente mais próxima, 20,6% entenderam que essa aproximação não ocorreu e 14,7% disseram não ter

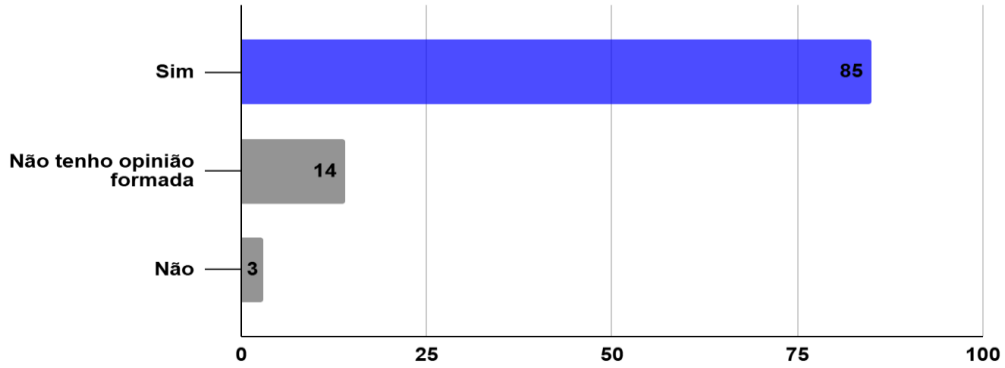
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

opinião formada. As respostas indicam que predominou, entre os participantes, a percepção de maior proximidade.

A disposição para buscar ajuda diretamente com um policial também foi investigada. Entre os participantes, 85,9% afirmaram que se sentiriam confortáveis em procurar um policial da cidade, enquanto 9,1% responderam negativamente; os demais demonstraram indecisão. Além disso, 72,3% informaram possuir ou já ter possuído o telefone de algum policial militar que atua ou atuou no município, e 27,7% responderam negativamente. Esses resultados apontam que muitos respondentes percebem os canais de contato direto como acessíveis.

Por fim, 83,3% dos participantes responderam que o modelo de contato próximo entre Polícia Militar e moradores deveria ser adotado em outras cidades; 13,7% não tinham opinião formada e uma parcela menor respondeu negativamente. O resultado expressa apoio ao modelo entre os respondentes, mas não comprova, por si só, sua efetividade ou possibilidade de replicação em outros contextos. Beato Filho e Marinho (2005) discutem a importância da confiança para a colaboração entre polícia e cidadãos, o que oferece um referencial para interpretar essas respostas.

Gráfico 5 – Aprovação do modelo de policiamento de proximidade.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2026).

Para complementar a etapa quantitativa, o questionário incluiu uma questão aberta opcional em que os participantes puderam apresentar sugestões para a melhoria da segurança pública e da atuação da Polícia Militar.

Foram registradas 39 manifestações à questão aberta. Destacaram-se pedidos de maior presença policial no município, ampliação do efetivo e intensificação do patrulhamento preventivo, inclusive no período noturno e de forma mais contínua. Algumas respostas ilustram essas demandas: “Ter policiais fixos no destacamento” (Respondente A), “Era bom ter um

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

policial vinte quatro horas.” (Respondente B) e “A polícia mais presente dia e noite” (Respondente C).

Também apareceram sugestões para facilitar o contato direto com a Polícia Militar, incluindo a possibilidade de contato por *WhatsApp*, ampliar recursos de videomonitoramento e dar transparência à utilização das câmeras, além de iniciativas preventivas relacionadas a esporte, cultura e juventude. Houve manifestações de reconhecimento, como “Está ótimo” (Respondente D), e registros sem novas sugestões. Os códigos alfabéticos distinguem apenas os excertos citados e não contêm informações de identificação pessoal.

Tabela 2. Síntese das principais sugestões apresentadas pelos participantes

Categoria	**Principais sugestões identificadas**
Ampliação do efetivo e da presença policial.	Solicitações de aumento do efetivo, presença de policiais ou viatura no município e intensificação do patrulhamento, inclusive à noite ou de forma contínua.
Comunicação e canais de contato.	Sugestões para facilitar o contato direto com a Polícia Militar e ampliar a disponibilidade de canais de comunicação, incluindo contato por WhatsApp.
Ações preventivas e convivência comunitária.	Manifestações sobre iniciativas educativas e preventivas junto à comunidade, incluindo atividades voltadas a crianças e jovens, esporte e cultura.
Infraestrutura, videomonitoramento e transparência.	Sugestões de ampliação dos recursos tecnológicos e de maior transparência na utilização das câmeras de monitoramento.
Reconhecimento da atuação policial ou ausência de sugestões.	Respostas que expressaram satisfação com a atuação da Polícia Militar ou declararam não ter novas sugestões.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2026).

Em conjunto, as respostas descrevem percepções favoráveis de parte dos participantes sobre a atuação da Polícia Militar, especialmente quanto à proximidade, à confiança institucional e à sensação de segurança. Essas percepções devem ser lidas considerando o recrutamento voluntário e não probabilístico da amostra.

Apesar das avaliações positivas, alguns participantes sugeriram maior presença física da Polícia Militar, ampliação do efetivo e intensificação do patrulhamento. Essas demandas constituem um resultado relevante e devem ser consideradas com as avaliações favoráveis, sem

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

presumir que sejam irrelevantes ou que se expliquem exclusivamente por limitações operacionais.

Em síntese, os dados indicam que os participantes reconheceram aspectos compatíveis com os princípios da Polícia Comunitária, sobretudo a acessibilidade e a proximidade. Por se tratar de um estudo de caso baseado em percepções e em uma amostra não probabilística, os achados não permitem afirmar que essas práticas tenham causado mudanças na confiança institucional ou que os resultados se apliquem à totalidade da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos participantes sobre a implementação dos princípios da Polícia Comunitária e sua relação com a confiança institucional em um pequeno município da região Noroeste do Paraná. Para isso, foi realizado um estudo de caso com abordagem quantitativa e qualitativa, baseado em revisão bibliográfica e questionário aplicado por meio do *Google Forms*.

Entre os 102 respondentes, 78,4% declararam confiar ou confiar muito na Polícia Militar; 91,2% consideraram que a proximidade policial contribui para a sensação de segurança; e 73,5% avaliaram positivamente a contribuição do videomonitoramento. Também predominaram avaliações positivas sobre a acessibilidade dos policiais e sobre a evolução da relação entre a instituição e a comunidade. Esses resultados descrevem as percepções dos participantes, não o comportamento ou a opinião de todos os moradores.

Parte dos participantes apontou a necessidade de maior presença policial, ampliação do efetivo e intensificação do patrulhamento preventivo. Essas manifestações devem ser consideradas como demandas identificadas na pesquisa, sem presumir que representem apenas limitações operacionais ou que não envolvam críticas ao atendimento.

Conclui-se que, nesta amostra, houve avaliações favoráveis da proximidade policial, da confiança institucional e de algumas estratégias locais de segurança. Entretanto, o desenho do estudo não permite estabelecer relações causais entre as ações de policiamento e as percepções dos participantes, nem generalizar estatisticamente os resultados para toda a população municipal.

Como contribuição prática, os resultados podem subsidiar o debate local sobre comunicação, acessibilidade e ações preventivas, desde que sejam interpretados em conjunto com outras fontes de informação. A pesquisa não mediu diretamente variações da criminalidade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

nem isolou o efeito de cada iniciativa policial; portanto, não permite avaliar de forma objetiva a efetividade das medidas mencionadas pelos participantes.

Pesquisas futuras podem ampliar a investigação para outros municípios atendidos por destacamentos de pequeno porte, comparar diferentes realidades e, quando viável, adotar estratégias de amostragem que permitam inferências mais abrangentes. A inclusão de indicadores objetivos de criminalidade e de séries históricas também poderá complementar as percepções coletadas.

Entre as limitações do estudo estão a amostragem não probabilística, a adesão voluntária e o recrutamento por redes de contato, que podem ter favorecido a participação de pessoas alcançadas por esses canais. O perfil dos respondentes — com maior participação de mulheres, pessoas de 30 a 59 anos e servidores públicos — também deve ser considerado, pois as experiências dos grupos mais presentes podem estar mais refletidas nas respostas. Além disso, como o estudo se baseia em percepções declaradas e não apresenta análise de indicadores objetivos de criminalidade, não é possível atribuir mudanças nos níveis de segurança às iniciativas discutidas. Esses limites recomendam cautela na interpretação e na extensão das conclusões.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Karina Rabelo Leite. **Estudo da estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória**: relatório final. dez. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/seguranca-publica/pesquisas/est_org_pol_claudio.pdf. Acesso em: 27 jun. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Cidades e Estados: Nova Aliança do Ivaí – PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/nova-alianca-do-ivai.html. Acesso em: 29 out. 2026.

KAHN, Túlio. **Segurança pública e trabalho policial no Brasil**. *Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2004. (Working Paper,* n. CBS-51-2004). Disponível em: https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/tulio20khan2051.pdf. Acesso em: 27 jun. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Estado-Maior. 3ª Seção. **Diretriz nº 015/2025-PM/3**: Diretriz de Polícia Comunitária. Curitiba: PMPR, 2025. Disponível em: https://pmpr.pr.gov.br. Acesso em: 27 jun. 2026.

SCHEREMETA, Ricardo. **Polícia Comunitária**: estratégias para uma polícia cidadã. Curitiba: Juruá, 2005.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. 2. ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.